

Representações culturais da Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) no discurso colonial e no discurso nacionalista angolano

In *Estudos Imagética*, coord. Célia Cristina da Silva Tavares e Maria Leonor García da Cruz [Rio de Janeiro, UERJ / CH-FLUL, 2014]. Texto produzido no âmbito dos estudos Imagética do CH-FLUL, sujeito a arbitragem científica e aceite para publicação.

Original provisório a substituir por versão impressa.

Alberto Oliveira Pinto¹

“A cultura não é só a maneira de pensar do povo. É muito mais do que isso. A cultura artística, literária, etc., é, no conjunto, uma linguagem histórica. As pessoas podem cantar hoje o que foram ontem, ou referir-se, em música, àquilo em que se estão a transformar. A Rainha Ginga, por exemplo. Podemos continuar a cantá-la, embora ela tenha sido uma mulher com escravos... A rainha Ginga tinha todos os defeitos da sua época: dona de escravos, com dois maridos, mudando de homem com a frequência que lhe convinha, cortando de vez em quando uma ou outra cabeça [...]. Só que a Rainha Ginga, historicamente, não é nada disso, ela é um personagem histórico que fez a sua luta, a nossa luta, num certo sentido, e que por isso ficou na História. Portanto, nós podemos cantar a rainha Ginga, sabendo que ela era portadora de todos esses defeitos, que são nem mais nem menos do que os defeitos da [sua] época.”

Henrique Abranches²
(in LABAN, 1991, p. 296)

Introdução

A Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) – ou Nzinga Mbandi, ou apenas Jinga³, como é mais popularmente conhecida, é a personagem mais polémica de toda a história de Angola. Tratando-se de uma figura feminina africana, cujo protagonismo, relevo e importância só encontra par na figura de Cleópatra, Njinga Mbandi é hoje considerada, na República de Angola, uma heroína nacional, mercê da sua reputação de resistência aos portugueses ao longo de três décadas do século XVII, tendo uma estátua no centro da capital – erguida em 2003, por ironia, na Praça do Kinaxixi, a mesma a que o poder

¹ Doutor em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e investigador da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do CEsA – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *A Imagética das Letras*. 20 e 21 de Outubro de 2011, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cf. <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/histport/pdfNh3LvwGMf7.pdf>

² À memória de Henrique Abranches (1932-2004), inesquecível escritor, historiador e pintor angolano e também um grande amigo, dedicamos este trabalho.

³ Além destas, conhece-se ainda a grafia portuguesa *Ginga*. Adoptamos *Njinga* por nos parecer a mais conforme à ortografia introduzida para o kimbundu pelos jesuítas latinos na Missão de Ambaca, no século XVII. Sobre a questão e em sentido diferente do nosso, V. PANTOJA, 2010a, p. 217, nota nº1.

colonial chamou Largo dos Lusíadas (ou popularmente “Maria da Fonte”) - e dando nome a ruas – particularmente a uma das principais artérias da baixa luandense, unificadora de duas ruas que no tempo colonial se chamavam, respectivamente, Avenida dos Restauradores de Angola e Avenida de Salvador Correia -, escolas, praças, instituições, grupos de dança e de música e ainda a marcas de produtos alimentícios, nomeadamente farinha, café e cerveja. Também no Brasil, a Rainha Njinga está presente em várias festividades africanas. Na literatura e na pintura ocidental assumiu, entre o século XVII e o século XIX, uma repercussão cujas representações vieram a ter, no discurso colonial português e no discurso nacionalista angolano, contornos que importa compreender.

Embora amplamente consagrado na tradição oral dos povos mbundu e ainda hoje fonte inesgotável para a literatura, para as artes plásticas e para a música angolanas, o percurso biográfico e político de Njinga Mbandi, estudado a partir de testemunhos escritos do século XVII, muitos dos quais produzidos a partir de depoimentos orais, de documentos administrativos coloniais portugueses coevos, de textos da autoria de militares, de comerciantes e de religiosos – apresentando todos em comum a particularidade de serem da lavra de autores não angolanos e do sexo masculino -, continua controverso e está longe de ser consensual no âmbito da investigação historiográfica dos séculos XX e XXI⁴. Situando-nos no campo teórico da história cultural⁵ ou das mentalidades e partindo do conceito de cultura colonial⁶, pretendemos, neste estudo, proceder preferencialmente à análise de algumas das efabulações elaboradas em torno da figura de Njinga Mbandi na escrita e na produção plástica dos séculos subsequentes, de forma a procurar compreender como foi perspectivada pelos diferentes imaginários consoante as conjunturas históricas e as escolhas ideológicas e identitárias dos autores.

⁴ PANTOJA, 2010b.

⁵ Concebemos aqui a *cultura* como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. [...] A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às acções e aos actores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa” (Cf. PESAVENTO, 2008, p.15).

⁶ HENRIQUES, 2004a.

Os escritores contemporâneos da Rainha Njinga: Gaeta, Cadornega e Cavazzi

Se exceptuarmos os escassos documentos portugueses enviados de Angola para Portugal em data anterior a 1641⁷, entre os quais se evidencia a correspondência do governador de Angola, Fernão de Sousa (1624-1630), com o rei Filipe III de Portugal (e IV de Espanha)⁸, e o relato do padre Pacónio⁹, que missionou em Angola entre 1623 e 1641¹⁰, podemos considerar que as referências escritas mais remotas à Rainha Njinga Mbandi (c.1582-1663) constam das crônicas de três autores seus contemporâneos, dois italianos e um português. O primeiro, António de Gaeta (Gaeta/Itália, 1617 – Luanda/Angola, 9/7/1662), também conhecido por António Gaetano Romano, Francisco António Romano ou apenas por António Romano, era um capuchinho desembarcado em Luanda a 11 de Novembro de 1654, liderando uma missão de sete religiosos – a Quarta Missão dos Capuchinhos - destinada ao Congo¹¹. Uma vez desembarcados, o padre Serafim de Cartona, Prefeito da Missão da Matamba, com sede em Luanda no Convento de Santo António dos Capuchinhos¹², distribuiu estes sete missionários pelas várias províncias, cabendo a António de Gaeta precisamente a corte da Rainha Njinga, a qual aliás, já um mês antes, por carta dirigida ao governador Sousa Chichorro propondo um tratado de paz, solicitara a libertação da sua irmã D. Bárbara e o envio de missionários cristãos para a Matamba¹³. Além de reconverter Njinga ao Cristianismo em 1658, depois de haver celebrado o seu casamento com o *jaga* D. Salvador e o de sua

⁷ Uma vez que, a 19 de Outubro do mesmo ano, chegou aos portugueses refugiados em Massangano - repelidos de Luanda pela invasão holandesa havia dois meses - a notícia de que as embarcações retardatárias transportando os doentes, os livros e os documentos da Câmara tinham sofrido no rio Bengo um ataque dos flamengos do qual nada se salvou (Cf. CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 272).

⁸ Citada por PANTOJA, 2010b.

⁹ BRÁSIO, *Monumenta Missionária Africana*, vol. XI, p. 256.

¹⁰ CADORNEGA, 1972, Tomo III, p. 463. Jesuíta italiano, natural de Cápua, Francisco Pacónio é o autor do primeiro catecismo em kimbundu-português, impresso em 1642 pelo padre António do Couto em Lisboa, cidade onde Pacónio veio a falecer em finais de 1641. Pelo que, por ocasião da invasão holandesa, em Agosto desse mesmo ano, provavelmente já não se encontraria em Angola.

¹¹ Oriundo de uma família aristocrática napolitana e súbdito da coroa espanhola, Emílio de Laudati recebeu o hábito da Ordem de Malta antes de ingressar na ordem dos Capuchinhos e professar os seus votos a 9 de Janeiro de 1632, adoptando então o nome de António Gaetano (ou Caetano) Romano. Estudou nas províncias de Bolonha e na Toscana e, terminados os estudos, regressou a Nápoles, onde se tornou guardião e mestre de noviços. A 15 de Novembro de 1653 foi nomeado superior da expedição de missionários capuchinhos destinada ao Congo, da qual faziam parte os padres António de Sarrazzeva, Bernardino de Sena, Crisóstomo de Génova, João António Cavazzi de Montecúccolo, Inácio de Valsássina e Leonardo de Nardó. Apesar das dificuldades que defrontaram para conseguir os passaportes, uma vez que Angola e Congo se encontravam de novo sob domínio português desde 1640, conseguiram partir de Cádiz a 11 de Julho de 1654 e chegar a Luanda a 11 de Novembro (Cf. João António Cavazzi de Montecúccolo, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, Livro II, pp. 53-64).

¹² Em cujo local, em 1816/19, seria construído o Jardim da Cidade Alta e parte da Calçada de Santo António (Cf. LOBO, 1967, p. 259).

¹³ CAVAZZI, Livro VI, p. 90.

irmã D. Bárbara (Nkambo ou Mocambo) com o capitão-geral Jinga Amona (baptizado António Carrasco) na capela de Santa Ana da Matamba, a cuja construção presidiu – assim como à da Igreja de Santa Maria da Matamba, erigida em devoção a Nossa Senhora da Conceição nas margens do rio Uamba –, António de Gaeta foi o confessor da rainha até falecer em Julho de 1662, sendo então substituído pelo seu correligionário João António Cavazzi de Montecúcolo até Dezembro do ano seguinte, data do falecimento da própria Njinga. Um texto assinado por António de Gaeta e datado de 1654 tem sido repetidamente mencionado pelos autores dos séculos subsequentes¹⁴, embora este texto, não obstante o pormenor com que nele é descrito o quotidiano da Matamba nos últimos anos de vida de Njinga Mbandi, apresente à partida duas contradições cronológicas: a primeira é o facto de ser datado precisamente do ano em que Gaeta desembarca em Luanda e parte para a Matamba, 1654; a segunda prende-se com a descrição pormenorizada das exéquias da rainha em 1663, a qual não pode ser da autoria de Gaeta, uma vez que o missionário falecera no ano anterior.

O segundo autor, António de Oliveira de Cadornega (Vila Viçosa/Portugal, c. 1623 – Luanda/Angola, c. 1690), é um cristão-novo fugido à Inquisição portuguesa que, aos quinze anos de idade e acompanhado de um irmão, desembarca em Luanda a 18 de Outubro de 1639, integrado na comitiva do recém-nomeado governador Pedro César de Menezes. Seguiria a carreira militar até ao posto de capitão, cuja patente obteve a 29 de Janeiro de 1649, concedida pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Na sequência da invasão holandesa de Agosto de 1641, Cadornega acompanha a população luandense no seu êxodo para Massangano, povoação onde permanecerá depois da “Restauração” do domínio português em Luanda - protagonizada por Salvador Correia de Sá em 1648 - até 1669, desempenhando igualmente as funções civis de membro do Senado da Câmara. Foi, aliás, na qualidade de juiz ordinário de Massangano que se correspondeu com a rainha Njinga¹⁵. Uma vez regressado a Luanda, onde foi vereador da Câmara até à sua morte, Cadornega concluiu em 1681 os três tomos da sua obra *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*¹⁶, na qual, ainda que esparsamente, é relatado o percurso de Njinga, assim como o dos missionários capuchinhos.

¹⁴ As versões do texto de Gaeta de 1654 encontram-se na obra de Francisco Maria Gioia, Nápoles, 1669: *Antonio de Gaeta, La meravigliosa conversione allá Sante Fede di Cristo della Reigna Singa e del suo Gregno di Matamba nell’Africa meridionale* (Cf. PANTOJA, 2010b, nota nº 70).

¹⁵ AMARAL, 2000, pp. 43-46.

¹⁶ V. **Figura 1**.

Finalmente, o terceiro autor contemporâneo da Rainha Njinga e seu mais completo biógrafo coevo é João António Cavazzi de Montecúcolo (Itália, 1621-1678), chegado a Luanda em 1654, integrando a Quarta Missão dos Capuchinhos, liderada por António de Gaeta, com o qual seguiu inicialmente para a Matamba. Porém, dois anos depois, Cavazzi foi destacado, como missionário, para Mpungo-a-Ndongo (ou Maupungo a Ndongo ou Pungo-a-Ndongo), antiga feira de escravos reactivada em 1624 e controlada pelos portugueses desde 1626, através do seu vassalo D. Filipe Ngola-a-Ari, pesem embora as disputas acirradas pela posse desta localidade entre Njinga e o governador Fernão de Sousa durante os anos do seu mandato (1624-1630)¹⁷. Sendo igualmente capelão no Libolo e na Kibala, mais a sul, Cavazzi serve, durante anos, de intermediário entre os portugueses e os sobas revoltados, convertendo alguns destes ao Cristianismo. Em 1662, por doença de António de Gaeta, Cavazzi substitui-o na corte da Matamba junto da Rainha Njinga, rezando a primeira missa da Igreja do Uamba e dando a extrema-unção à soberana em 1663. Um ano mais tarde, envenenado com o vinho da missa por Jinga Amona/António Carrasco, cunhado e sucessor de Njinga Mbandi, o capuchinho segue doente para Luanda, ausentando-se de Angola em 1668 e só regressando em 1673. Por essa época, baptiza e encarrega-se da educação de D. João Guterres, filho de Ngola Kanini/Francisco Guterres, que entretanto derrotara e assassinara António Carrasco, sucedendo-lhe no trono da Matamba. Em 1677, Cavazzi é nomeado procurador em Roma e em 1687, nove anos depois da sua morte, é editada em Bolonha a sua *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*)¹⁸. Nesta obra, ilustrada por pintores italianos que nunca estiveram no continente africano, a rainha Njinga Mbandi evidencia-se em várias gravuras, em cinco das quais, pelo seu conteúdo enselvajador, em devida altura nos deteremos.

É sobretudo através da leitura da obra de Cavazzi, conjugada com as dos dois outros autores mencionados, Gaeta e Cadornega, que é possível reconstruir um percurso biográfico de Njinga Mbandi. Mas, embora Cavazzi tenha convivido de perto com a rainha, a leitura da sua obra deve ser feita com algumas precauções: além de transmitir, como acima já assinalámos, uma perspectiva masculina e estrangeira, há que ter em

¹⁷ Depois da Batalha de Maupungo, travada em 1671 entre D. João II Ngola-a-Ari contra as forças militares portuguesas de Luanda, comandadas pelo oficial mestiço Luís Lopes de Sequeira, cuja vitória foi favorável a estas últimas, Pungo-a-Ndongo (ou Pungo Andongo) tornou-se o oitavo presídio (entreposto fortificado) português da rede comercial do Cuanza (Cf. PARREIRA, 1980, pp. 126, 133-134 e 164).

¹⁸ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, João António, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 2 Vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965 [1687].

conta que o autor se apoia igualmente em depoimentos orais e escritos que não refere e escreve com a preocupação de agradar aos destinatários, os membros da Igreja¹⁹. Daí, evidentemente, a emergência dos processos de retórica utilizados no discurso colonial acerca dos povos colonizados e, particularmente, daquelas que designámos por classificações negativas ou reducionistas do homem africano²⁰. Como melhor veremos, aplicam-se à rainha Njinga Mbandi, preferencialmente, as retóricas do *belicismo*, do *despotismo*, da *animização/diabolização da religião* (associada à *magia*), da *antropofagia* e da *lubricidade*.

O percurso biográfico de Njinga segundo Cavazzi ou o seu enselvajamento no século XVII

Na sua obra, Cavazzi consagra à biografia da Rainha Njinga as últimas vinte páginas do Livro V e a quase totalidade do Livro VI. Segundo Cavazzi e de acordo com a genealogia por ele próprio recolhida, Njinga Mbandi nasceu no ano de 1582 e era filha de Ganguela-Cacombe, uma das esposas do Ngola Kiluanji, o oitavo soberano do Estado do Ndongo. Este era o mais ocidental dos Estados mbundu, com território compreendido entre os rios Cuanza, Lucala e Bengo, a cerca de cem quilómetros do litoral, tornado independente do Kongo em 1510 mas fundado, provavelmente, no século XIII pelos mundongo²¹. Então governado pela dinastia dos Ngola Kiluanji kia Samba, detentores do símbolo ferrealítico *ngola*, que lhes conferia a soberania e o título, o Estado do Ndongo, cujo modo de produção assentava na agricultura de pousio, na criação de gado de pequeno porte e no comércio de escravos, marfim e cera com os reinos vizinhos, tinha uma capital itinerante designada por Cabaça²², pelo que se torna imprecisa a localização do nascimento de Njinga Mbandi.

Ainda segundo a tradição oral recolhida pelo capuchinho italiano, o nascimento de Njinga foi visto pelos adivinhos mbundu como um mau agoiro, embora o pai a preferisse aos outros filhos por ver nela particular sagacidade e inteligência. Por isso, acrescenta Cavazzi,

“ [...] deu-lhe como companheira, não sei se para a educar, se para a habituar ao mal, uma mulher preta, um verdadeiro tição do Inferno, que, com infâmia do régio decoro, a entregou a diversos amantes, tornando-se a rapariga mãe dum menino que era toda a delícia do seu coração” (Sic.)²³.

¹⁹ PANTOJA, 2010b, p. 4, nota nº14.

²⁰ PINTO, 2010, pp. 56-64.

²¹ MILLER, 1995, pp. 63-88.

²² COELHO, 1995.

²³ CAVAZZI, Livro V, p. 65.

Pese embora o remate enternecedor, Cavazzi inaugura, neste parágrafo, o processo de enselvajamento de Njinga Mbandi com uma nota de lubricidade. Outros processos de retórica se seguirão.

Por morte do Ngola Kiluanji nos primeiros meses de 1617, sucede-lhe o filho Ngola Mbandi, cuja subida ao trono é marcada por três actos de violência: mata o filho de Njinga Mbandi, ainda criança²⁴; torna estéreis as três irmãs, Njinga, Nfunji e Nkambo, mutilando-lhes os úteros com água fervente e ferros em brasa; declara guerra aos portugueses. A propósito dos dois primeiros actos, Cavazzi não hesita em declarar que estão na base do ódio que Njinga votará, quer ao irmão, quer a todas as crianças do sexo masculino²⁵. Quanto à guerra contra os portugueses, trata-se na realidade de uma disputa entre estes e os soberanos mbundu pelo controle das rotas comerciais de escravos, marfim e cera entre o interior e o litoral que remonta, pelo menos, a 1575, data da instalação oficial dos portugueses na região²⁶. Com esse objectivo, os portugueses vinham procedendo, desde essa data, à criação de uma rede de presídios, entrepostos comerciais fortificados, que se estendia ao longo do corredor do rio Cuanza pela via de alianças ou de acordos de vassalagem com os chefes africanos locais²⁷. A declaração de guerra referida por Cavazzi mais não é do que a reacção de Ngola Mbandi à ocupação, em 1618, pelo governador Luís Mendes de Vasconcelos (1617-1621), do território mbundu de Pemba, onde funda um presídio que ficará conhecido por Ambaca (de *mbaka*, *fortaleza* em kimbundu)²⁸, em lugar do de Ango, fundado quatro anos antes²⁹. Esta guerra, na qual os portugueses contaram com a aliança dos grupos nómadas e guerreiros imbangala recentemente chegados ao território³⁰, foi marcada por sucessivas derrotas infligidas pelo governador Vasconcelos e pelos seus filhos ao exército de Ngola Mbandi, o qual acaba por se refugiar numa ilha do Cuanza, e só conhecerá

²⁴ Segundo Cadornega, Ngola Mbandi põe igualmente fim à vida a um irmão seu ainda criança, mas que seria o herdeiro legítimo do trono (Cf. CADORNEGA, 1972, Vol. I, nota da p. 154 e segs.).

²⁵ CAVAZZI, Livro V, p. 66.

²⁶ Sobre a presença portuguesa na região anterior ao governo de Paulo Dias de Novais (1575) e à revelia das directrizes do rei de Portugal, V. PINTO, 2005.

²⁷ Entre 1575 e 1618, foram sete os presídios criados pelos portugueses a partir do litoral e ao longo do corredor do Cuanza: São Paulo de Luanda (1575); Santa Cruz ou Calumbo (1578); Mocumbe (1580); Massangano, na confluência dos rios Cuanza e Lucala (1583); Muxima (ex-Sêxi) (1599); Cambambe (perto da antiga feira do Dondo) (1604); e Ango (ou Pemba Real, mais tarde Ambaca) (1614) (Cf. PINTO, 2010, pp. 70-71, nota nº 21).

²⁸ MILHEIROS, 1972, p. 13.

²⁹ PARREIRA, 1990, p.120.

³⁰ Sobre a relação dos imbangala com os portugueses e a provável “invenção” por parte destes últimos do título *jaga* atribuído aos primeiros, V. HENRIQUES, 1997, pp. 191-195 e MILLER, 1995, pp. 159-219.

tréguas em 1621, quando o novo governador português, João Correia de Sousa (1621-1623), desterra sob prisão para Massangano o seu antecessor e solicita negociações de paz com o soberano do Ndongo.

É neste contexto que, já no ano de 1622 e com quarenta anos de idade, Njinga Mbandi, ainda princesa, se desloca a Luanda à frente de uma embaixada enviada pelo irmão e é recebida no palácio do governador

“ [...] carregada de gemas preciosas, bizarramente enfeitada de penas de várias cores, majestosa no porte e rodeada por grande grupo de donzelas, de escravas e de oficiais da sua corte” (Sic.)³¹.

Dois episódios impressionaram particularmente Cadornega³², Cavazzi³³ e os ilustradores deste último, que lhes dedicaram duas gravuras que viriam a tornar-se paradigmáticas: a reunião no palácio, onde a princesa, não lhe havendo o governador entregado uma cadeira, se senta sobre uma escrava que ostensivamente abandona no fim da audiência, conseguindo por fim que o seu reino fique livre do tributo de cem escravos por ano³⁴; e o baptismo de Njinga, meses depois, na Sé de Luanda, apadrinhada pelo próprio governador João Correia de Sousa e por D. Gerónima Mendes, esposa do capitão-mor de cavalos Luís Gomes Machado, assumindo o nome cristão de Ana de Sousa³⁵. A importância atribuída ao primeiro episódio deve-se, indubitavelmente, à retórica do despotismo dos africanos, aqui reforçada pelo desprezo votado por Njinga à sua própria escrava. Quanto à conversão de Njinga ao Cristianismo, episódio que Cavazzi afirma ter-lhe sido contado com emoção pela própria rainha quarenta anos mais tarde, embora exalte a missão evangelizadora do colonizador, nem por isso deixa de insinuar o carácter desleal e dissimulado frequentemente atribuído por Cavazzi a Njinga, tanto mais que esta, dois anos depois, ao assassinar o irmão em 1624, não hesitará em abdicar da fé cristã.

Cavazzi afirma igualmente que o envenenamento do Ngola Mbandi, assim como o do seu filho, por Njinga, lhe foi confessado pela própria rainha, a qual ao regressar de Luanda teria levado à presença do irmão o capitão português Manuel Dias e o padre negro Dionísio de Faria, de quem o Ngola se negara a receber o sacramento do baptismo cristão por se tratar, em seu entender, de um súbdito do Ndongo, ou seja, um inferior.

³¹ CAVAZZI, Livro V, p. 67.

³² CADORNEGA, 1972, Tomo I, pp. 146-174.

³³ CAVAZZI, Livro V, pp. 67-69.

³⁴ V. **Figura 2** e **Figura 3**.

³⁵ V. **Figura 4**.

Com a morte do irmão, Njinga proclamou-se sucessora do título Ngola, o que, segundo o capuchinho italiano, legitimou através de actos de violência onde ressaltam as retóricas do *belicismo*, do *despotismo* e da *animização/diabolização da religião* (associada à *magia*):

“ [...] empunhando as armas, [Njinga] com um grupo de fiéis, matou todos aqueles que pareciam não aceitar a sua autoridade. [...] Depois da morte do Ngola Mbandi, de que ela própria era culpada, apanhou alguns ossos do cadáver e guardou-os num cofre coberto com chapas de prata [...]. Recorria a ele por meio dum *xinguila*, como se fosse possuída pelo espírito do Ngola Mbandi, e nessas ocasiões comportava-se como uma bacante no meio dos presentes dispostos em redor, com pouca vergonha do decoro real. [...] Desta maneira saciava a sua avidez de matar sob o pretexto da fome daquele morto, sacrificando frequentemente cinquenta ou sessenta vítimas. [...] Entre o povo tonto correu o boato de que ela era uma grande bruxa e uma adivinha infalível, que se podia transformar em vários monstros, como melhor lhe aprouvesse. Por isso ninguém ousou comprometer-se em conspiração, como frequentemente acontece com os tiranos. Por sua parte, ela fazia o possível por manter viva a sua crença, por meio de numerosos espíões que a informavam diligentemente de tudo o que acontecia” (Sic.)³⁶.

O *xinguilamento*³⁷ diante do cofre onde são guardados os ossos de Ngola Mbandi é ilustrado por uma gravura onde Njinga, seminua e rodeada de súbditos igualmente seminus, fuma um cachimbo – o qual simboliza pictoricamente o próprio acto de xinguilamento - e, pela primeira vez, na qualidade de rainha, é representada com uma coroa de modelo ocidental e não com a *kijinga*, isto é, com o gorro de peles ou de ráfia tradicional usado pelos soberanos mbundu³⁸.

Sempre utilizando os processos retóricos de enselvajamento, Cavazzi prossegue no relato do reinado de Njinga Mbandi, dividindo-o em duas grandes fases antagónicas: uma primeira, entre 1625 e 1656, marcada pelo comportamento refractário de Njinga em relação ao Cristianismo e aos portugueses; uma segunda, entre 1656 e a morte da rainha em 1663, caracterizada pela reconversão de Njinga/Ana de Sousa e pela sua reaproximação aos portugueses.

Entre 1625 e 1640, Njinga, fortificando-se em ilhas do Cuanza, oferece resistência enérgica aos portugueses, confrontando-se, durante os cinco anos do mandato de Fernão de Sousa (1624-1630), com este governador a pretexto da recuperação de Ambaca e de Mpungo-a-Ndongo. O exército da rainha mbundu vai sendo progressivamente reforçado, quer pela adesão dos escravos fugidos aos portugueses ou dos sobas contra estes revoltados, quer pela aliança da soberana do Ndongo com os imbangala que controlavam a Matamba, região situada a norte do Lukala, entre os rios Kuale, Kuango e Kambo, desposando o seu chefe, o chamado

³⁶ CAVAZZI, Livro V, p. 70 e pp. 73-74.

³⁷ Do verbo kimbundu *kuxinguila*, que designa a incorporação mediúnica dos espíritos (Cf. RIBAS, 1998, p. 302).

³⁸ V. Figura 5.

Jaga. Esta aliança levou a que, na década de 1630, a Matamba, vizinha do recentemente fundado Estado do Kasanje³⁹ e como ele um dos principais difusores do comércio de escravos provenientes da Lunda, fosse plenamente dominada por Njinga Mbandi. Porém, na descrição do percurso seguido pela rainha para atingir tal objectivo, Cavazzi socorre-se da invenção da antropofagia africana⁴⁰, a que já procedera no Livro II em relação aos imbangala (“Jagas”), transferindo-a para a própria Njinga, que compara em crueldade e diabolização à figura mítica imbangala Temba-Ndumba, igualmente feminina. Associa, pois, a antropofagia e o despotismo de Njinga ao seu carácter dissoluto e lúbrico na vida sexual:

“Foram celebrados os esponsais conforme os ritos dos Jagas, isto é, com bárbaros sacrifícios e danças obscenas. [...] Sentindo-se firmemente segura no trono, Jinga pensou em dilatar as fronteiras do seu reino. [...] Mas, para poder dispor de guerreiros mais aptos a tão grande empreendimento, abraçou a seita dos Jagas e tornou-se chefe da mesma. Juntou assim uma grande multidão destes bárbaros, gente que desprezava a própria vida [...], ávida de carne humana mais que de glória militar. [...] Contou-me ela muitas vezes, detestando a vida criminosa, que desejava ardentemente não só imitar, mas superar a própria Temba-Ndumba. Como não podia imitá-la sacrificando o filho, quis adoptar um para poder sacrificá-lo. [...] Todavia, este ódio contra o sexo masculino não chegou ao ponto de lhe fazer abominar as pecaminosas relações com o mesmo, pois seria milagre muito grande que sobre a negra fronte das mulheres idólatras brilhassem os candores da pudicícia. Quanto às mulheres jagas, infamíssimas de profissão, é claro que por um nada mancham a sua aparente continência. Jinga também fez o mesmo com diversos oficiais, mas às escondidas, de maneira que as outras mulheres não pudessem censurar-lhe a fraqueza para com o sexo odiado. [...] é muito raro que a crueldade não seja acompanhada pela sensualidade. Entre todos os amantes que ela teve, nunca houve um que estivesse seguro no seu amor, pois ela, dissimulando com extrema sagacidade os sentimentos interiores, alternava os seus amores com ódios implacáveis. [...] Deste modo aterrorizava os próprios amantes, exigindo que vestissem trajes femininos e depois sacrificando-os, para que nenhum deles se ufanasse de ter cativado o seu coração. [...] Para estar certa de que o natural instinto das mães as não levava a conservarem com vida algum dos filhos, empregava diligentíssimos espiões para os descobrir e muitos animais acorrentados na estrada do quilombo a fim de os devorar. Muitas vezes ouvi eu da sua própria boca que sempre tivera repugnância em comer carne humana, mas que, para incitar os outros, frequentemente mandava preparar copiosa comida desse género, vencendo por meio de um zelo fantástico a natural aversão. Os seus cortesãos viam-na sempre ávida e nunca saciada de beber o sangue ainda quente, e muitas vezes fez morrer crianças e adultos unicamente para encher do seu sangue as taças e o estômago” (Sic)⁴¹.

Ao longo de toda a década de 1640 e parte da de 1650, Njinga move grandes batalhas contra os exércitos portugueses, conseguindo confederar-se com o soberano do Kongo e aliar-se, entre 1641 e 1648, aos holandeses⁴².

A segunda fase inicia-se em 1656, quando Njinga, uma vez privada do apoio flamengo, propõe acordos diplomáticos ao governador português Luís Martins de Sousa Chichorro (1654-1658), queixando-se dos governadores que o antecederam. O mais

³⁹ Pelos Mbangala Kulaxingo, entre 1625 e 1630 (Cf. HENRIQUES, 1997, pp. 195-203).

⁴⁰ HENRIQUES, 2004b, pp. 225-244.

⁴¹ CAVAZZI, Livro V, pp. 71-73.

⁴² Há mesmo indícios de que, durante este período, Njinga Mbandi se tenha rodeado de uma guarda pessoal flamenga, comandada pelo oficial holandês Olfer Dapper, que mais tarde, em 1686, deixaria igualmente testemunhos escritos sobre a Rainha do Ndongo e Matamba (Cf. CASTILLON, 1769, Prefácio, p. VII).

interessante a registar é que Cavazzi faz datar do mesmo ano um episódio romanesco ao qual atribui o regresso de Njinga ao Cristianismo. Havendo um dos generais da rainha, um dembo de nome Jinga-Mona – ou Jinga Amona, futuramente baptizado com o nome de António Carrasco -, derrotado um soba cristão, os seus homens apresentaram-lhe entre os despojos de guerra um crucifixo de 5 palmos de altura. Jinga-Mona inicialmente desprezou o objecto, ordenando aos soldados que o largassem na mata. Porém, durante a noite, o general ouviu em sonhos uma voz que lhe dizia ser aquele objecto uma representação de Nzambi (Deus) e lhe ordenava que o entregasse solenemente à Rainha Njinga, o que efectivamente veio a acontecer, cerimónia que mereceu a atenção dos ilustradores de Cavazzi, que lhe dedicaram uma gravura⁴³. É, portanto, este episódio que, segundo Cavazzi, está na origem da recepção calorosa que em 1657 a Rainha Njinga – agora assumindo o nome cristão de D. Ana da Sousa – faz na Matamba aos capuchinhos italianos.

Porém, a harmoniosa relação que daí em diante se segue nas relações de Njinga com as autoridades portuguesas e com os missionários italianos não lhe retira o enselvamento. Demonstra-o uma gravura ilustrativa de uma descrição de Cavazzi onde o capuchinho não hesita em dizer que Njinga e os seus súbditos, durante a refeição, persistem em não usar talheres – guardando-os apenas para ostentação em dias especiais – e em apreciar “lagartos, gafanhotos, grilos e outros bichinhos”(Sic.)⁴⁴.

Njinga nas festividades das irmandades religiosas africanas e na negrofília e na negrofobia literárias dos séculos XVIII e XIX

Podemos, desde já, antecipar que a perpetuação da memória da Rainha Njinga, após a sua morte, se processa, dentro e fora de Angola, quer pelo registo da oralidade, quer pelo registo da escrita, e que em ambos interferem, ainda que de forma ambígua, dois elementos ideológicos indissociáveis: o religioso, associado à cristianização e ao sincretismo; e o político, congregando as simbologias da resistência ao tráfico de escravos e à dominação colonial com as da exaltação, positiva ou negativa, da condição e dos valores do homem africano.

No que diz respeito à transmissão oral da memória de Njinga, tiveram particular importância as irmandades religiosas africanas cristianizadas, cujo paradigma é a

⁴³ V. **Figura 6**. Cf. CAVAZZI, Livro VI, pp. 90-92. Não deixa de ser interessante assinalar que Cavazzi afirma terem os homens de Jinga-Mona retirado os pregos das mãos e dos pés da imagem de Cristo representada no crucifixo, a fim de fazerem deles pontas de setas.

⁴⁴ V. **Figura 7**. Cf. CAVAZZI, Livro VI, pp. 139-141.

Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, constituída por escravos e forros, fundada em Lisboa em 1520⁴⁵ e em Luanda em 1628⁴⁶. As confrarias religiosas de culto sincrético multiplicar-se-iam, quer no território português, quer no território angolano, até ao século XIX. Não é de excluir a hipótese de, em ambos os casos, Njinga Mbandi aparecer como uma das Rainhas “coroadas” simbolicamente durante as procissões e outras festividades. Contudo é no Brasil, nas chamadas *congadas*, celebradas desde o século XVII em diversas regiões do norte, do centro-sul e do nordeste do território, nomeadamente nos actuais Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Baía, Paraíba e Pernambuco, que a Rainha (N)Jinga goza de grande popularidade e é frequentemente coroada em público ao lado do Rei do Congo, ambos rodeados de cortesãos e adornados de jóias, exibindo coroas que se assemelham às que no século XVII foram imaginadas pelos ilustradores de Cavazzi⁴⁷.

A chamada “literatura negrófila”, que proliferou na Grã-Bretanha e em França entre os séculos XVII e XIX, relaciona-se com os movimentos anti-esclavagistas e de simpatia pelos negros que se faziam sentir nesses países, pese embora o carácter lento e ambíguo desses movimentos ideológicos, marcados ainda, no século XVIII, pela dicotomia entre o “Mau Selvagem” e o “Bom Selvagem”, pelas incertezas naturalistas em relação ao abolicionismo em economias ainda assentes na exploração da mão-de-obra escrava nas colónias americanas, pelo desconhecimento do Outro e, consequentemente, pela fantasia utilizada pelos autores na descrição das sociedades africanas e dos próprios africanos⁴⁸. A penetração da Rainha Njinga na “literatura negrófila” francesa – inaugurada em 1745 com a tradução por La Place do romance *Oroonoko* de Aphra Behen (1640-1689), cuja original edição inglesa é de 1688, e prosseguida por obras tais como *Ziméo* de Jean-François de Saint-Lambert (1716-1803), publicado em 1769, e já depois da criação da Société des Amis des Noirs, em 1788, por influência dos *quakers* anglo-americanos, *Adónis ou le bon noir* e *Zouflora ou la noire exemplaire* de Picquenard, publicados respectivamente em 1789 e em 1799, *Bug-Jargal* do então jovem Victor Hugo (1802-1885), publicado em 1819, *Ourika* de Claire de Duras (1778-1828), publicado em 1824, e a peça de teatro *Toussaint Louverture* de Alphonse de Lamartine (1790-1869), escrita em 1850⁴⁹ - ficou decerto a dever-se à

⁴⁵ TINHORÃO, 1988, pp. 125-134; HENRIQUES, 2009, pp. 145-157.

⁴⁶ CADORNEGA, 1972, Tomo III, pp. 26-28.

⁴⁷ CASCUDO, 2000, pp. 149-153; SOUZA, 2006, pp. 87-114 e pp. 217-228.

⁴⁸ M'BOKOLO, 2003, pp. 370-381.

⁴⁹ MOURALIS, 1982, pp. 90-94.

difusão na Grã-Bretanha e em França, logo na viragem do século XVII para o século XVIII, dos escritos dos religiosos italianos Gaeta e Cavazzi. Há, no entanto, um elemento que diferencia a Rainha Njinga da maioria dos heróis das obras literárias mencionadas: embora pertencendo, como eles, à aristocracia africana, nunca é capturada como escrava e, evidentemente, não passa pela experiência dos porões dos navios negreiros nem lidera nenhuma revolta de escravos. Tal, contudo, não obistou a que os leitores britânicos e sobretudo franceses de Gaeta e de Cavazzi ficassem impressionados com o facto de, além de se tratar de uma mulher, ser uma resistente à pressão colonizadora exercida pelo Ocidente e pelo Cristianismo.

Se Njinga é evocada em 1732 em *Rélation historique de l’Ethiopie occidentale*, do Abade Jean-Baptiste de Labat (Paris, 1663-1738) - que nunca missionou em Angola, mas sim no Brasil e nas Antilhas, onde terá assistido às festividades das confrarias religiosas africanas -, só em 1769 é que se torna personagem e protagonista de um romance, *Zingha, reine de l’Angola. Histoire Africaine en Deux Parties*, de Jean-Louis Castillon (Toulouse, 1720 – Bouillon, 1782). No Prefácio à sua própria obra, Castillon confessa que o romance, desenvolvido através de artigos publicados no *Journal Encyclopédique* – periódico científico impresso em Liège entre 1756 e 1793, de que Castillon foi colaborador e que reproduziu muitos textos da *Grande Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert⁵⁰ -, mais não é do que a “tradução” da obra de um historiador inglês residente em Londres cujo nome não refere. Depois de desacreditar e classificar como efabulações os depoimentos dos viajantes Dapper e Ludolf publicados no *Dictionnaire* de Louis Moreri (1643-1680) acerca dessa “soberana metade selvagem, metade civilizada” (Sic.), Castillon acrescenta que, no relato da vida da “rainha ambiciosa, orgulhosa e feroz” (Sic.), só o texto do historiador inglês lhe oferece credibilidade, uma vez que, declara, é conforme às memórias do capuchinho italiano António de Gaeta⁵¹. Não é de admirar que Castillon confunda Gaeta com Cavazzi, pois o seu romance, ainda que com a intervenção de personagens fictícias, obedece integralmente ao relato deste último. Njinga é enselvajada por Castillon pelos mesmíssimos processos utilizados pelo capuchinho italiano. O que, todavia, distingue Castillon de Cavazzi é o facto de na ficção do escritor francês, à semelhança do comum dos seus contemporâneos, ser mais evidente a projecção dos seus próprios fantasmas de

⁵⁰ Assinale-se que a *Grande Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert consagra, no seu Tomo VIII, de 1756, uma entrada aos *Jagas*, descrevendo-os como “povo feroz, guerreiro e antropófago” (Cf. HENRIQUES, 2004b, p. 237, nota nº26).

⁵¹ CASTILLON, 1769, Prefácio, pp. V-X.

“civilizado” europeu, não deixando, contudo, de ceder à concepção medieval que identifica o homem negro com o Demónio. Assim sendo, no romance de Castillon, Njinga Mbandi e os seus súbditos vivem rodeados de uma natureza edénica, mas a rainha do Ndongo e Matamba é tendencialmente equiparada às figuras da mitologia grega relacionadas com o Inferno, como nesta passagem:

“Tal como a antiga Diana que, adiantando-se nas florestas aos primeiros fogos da aurora, antes do erguer do Sol, já atingira com as suas setas mortíferas os gamos e os javalis cujo destino fatal atraíra às suas redes: ou, [...] tal como o sublime Homero pinta a infernal Ate, lançando-se das margens do Cocito sobre a terra que infecta com a sua presença impura, caminhando sobre a cabeça dos homens que caem mortos aos seus pés, como as espigas de Ceres caem ao talhe da foice do ceifeiro [...]”⁵².

Mas, se na literatura francesa dos séculos XVIII e XIX⁵³, a Rainha Njinga enfileira entre as heroínas da negrofília, o mesmo não acontece na literatura portuguesa, produzida por eventuais leitores de Cadornega⁵⁴, onde predomina uma visão profundamente negrófoba.

A negrofobia, tal como foi definida por Jacques Nanema, sendo “ao mesmo tempo ódio multiforme do Negro vindo do Branco, consecutivo à confrontação histórica entre as duas comunidades culturais, mas também trágica transformação do ódio do outro por si próprio num ódio mais ou menos inconsciente de si próprio por si próprio” (Sic.), envolve uma componente objectiva (alterofobia), de aversão ao Outro - consubstanciada, quer numa atitude destruidora do africano, bem evidenciada no empreendimento do tráfico negreiro e no colonialismo, quer numa retórica de complacência e de paternalismo que a justifica – e uma componente subjectiva (isofobia), de ódio pelo próprio ou de auto-aversão⁵⁵. Dentro da negrofobia subjectiva, Nanema tem ainda a preocupação de estabelecer uma distinção entre aquela que designa por “negrrofobia por procuração” – herança do preconceito de colonizado impregnada pelo africano que vive na antiga metrópole ou no seu próprio país tornado independente, problemática identitária notavelmente estudada por autores como Albert Memmi, Aimé Césaire e Frantz Fanon - e uma negrofobia outra que, em seu entender, transcende o facto colonial. Esta última acepção de negrofobia aplica-se, parece-nos, não apenas aos

⁵² CASTILLON, 1769, Primeira Parte, p. 77. A tradução deste excerto para a língua portuguesa é da nossa exclusiva responsabilidade.

⁵³ Njinga Mbandi protagoniza igualmente uma obra publicada em 1835, *Zingha Reine de Matamba et d'Angola*, da autoria de uma mulher, Laure Junot, duquesa de Abbrantès (1784-1838) (citada por PANTOJA, 2010b).

⁵⁴ Tem sido referenciado um pequeno folheto intitulado *Ginga Amena*, da autoria de um tal Domingos Gonçalves, publicado em Lisboa 1749, descrevendo a saga de Njinga (PANTOJA, 2010b), mas já foi demonstrado o seu carácter plagiário em relação aos textos de Cadornega e de Cavazzi (FREIRE, 1995).

⁵⁵ NANEMA, 2010. A tradução para a língua portuguesa é da nossa exclusiva responsabilidade.

colonizados e seus descendentes, mas também, paradoxalmente, aos colonizadores (e seus descendentes!), e manifesta-se por uma atitude de aversão à ideia de que eles próprios também possam descender de negros, isto é, de escravos e de colonizados. Tal mentalidade encontra-se bem presente no sonetário português do último quartel do século XVIII, onde a Rainha Njinga emerge como personificação alegórica desse sentimento de vergonha.

Evidenciamos, pelo menos, três sonetos de escárnio onde à figura satirizada, alguém que se presume ter antepassados africanos, é atribuída uma relação de parentesco com a Rainha Njinga. Um deles, referente ao Marquês de Pombal, é de autor anónimo e data de 1781, o mesmo ano em que o antigo ministro de D. José foi julgado culpado de abuso de poder, corrupção e várias fraudes, sendo condenado, após um longo processo judicial, ao desterro para um mínimo de 20 léguas da corte de Lisboa:

Torna, torna marquês à Mata Escura
Solar do quinto avô, o arcediogo,
Que da Mãe Marta, por seu negro afago
Em preto fez cair tua ventura.

Se teu desterro tens por desventura,
Maior causaste ao reino em tanto estrago,
Teu orgulho ainda assim não julgues pago,
Que a justiça não tarda, antes se apura.

Foste tenente rei da nossa Atenas,
Inspector do erário que bem pinga,
Vice-papa nas leis, que injusto ordenas.

Amigos, e que tal? Cheira a catinga?
Pois é quem governou por nossas penas
Um quinto neto da rainha Ginga⁵⁶

Outros dois são da autoria de Manuel Maria Barbosa du Bocage (Setúbal, 1765 – Lisboa, 1805)⁵⁷, datam aproximadamente de 1790 e visam satirizar o poeta mestiço brasileiro Domingos Caldas Barbosa (Rio de Janeiro, 1740 – Lisboa, 1800)⁵⁸:

I

Preside o **neto da Rainha Ginga**,
À corja vil, adúladora, insana.
Traz sujo moço amostras de chanfana.
Em copos desiguais se esgota a pinga.

Vem pão, manteiga e chá, tudo à catinga;
Masca farinha a turba americana;
E o orangotango a corda à banza abana,

⁵⁶ Citado por CORREIA, 1998b, pp. 206-207. Sublinhado nosso.

⁵⁷ O preconceito do comprimento desmesurado do sexo dos homens negros encontra-se presente, pelo menos, em dois poemas de Bocage: *Ribeirada* (o “preto Ribeiro”) e *A Manteigui* (Cf. BOCAGE, 1991, pp. 17-28 e pp. 29-26).

⁵⁸ Sobre a vida de Domingos Caldas Barbosa, V. TINHORÃO, 2004.

Com gestos e visagens de mandinga.

Um bando de comparsas logo acode
Do fofa Conde ao novo Talaveiras;
Improvisa berrando o rouco bode.

Aplaudem de contínuo as frioleiras
Belmiro em ditirambo, o ex-frade em ode.
Eis aqui o Lereno às quartas-feiras.⁵⁹

II

Nojenta prole da rainha Ginga,
Sabugo ladrador, cara de nico,
Loquaz saguim, burlesco Teodorico,
Osga torrada, estúpido resinga;

Eu não te acuso de poeta pinga;
Tens lido o mestre Inácio, e o bom Supico;
De ocas ideias tens o casco rico,
Mas teus versos tresandam a catinga:

Se a tua musa nos outeiros campá,
Se ao Miranda fizeste ode demente,
E o mais, que ao mundo estólido se incampa;

É porque sendo, oh! Caldas, tão-somente
Um cafre, um gozo, um néscio, parvo, um trampa,
Queres meter o nariz em cu de gente.⁶⁰

Não deixa de ser interessante observar que três das palavras que mais rimam com Jinga nestes sonetos são *pinga* – alusão à reputação de alcoolismo atribuída aos negros –, *catunga* – termo não africano e sim ameríndio, mas banalizado em Portugal para designar depreciativamente o cheiro do suor dos negros – e *mandinga*, nome de um povo da Guiné e não de Angola, como que para realçar a ideia de uma obscura e artificial homogeneidade africana. Mas o aspecto principal a evidenciar é o de que os portugueses do século XVIII já persistem em repudiar a ideia de que possam descender de africanos, pela via de uma atitude de exclusão social e identitária dos seus próprios compatriotas sobre os quais possam recair tais suspeitas. E a imagem da Rainha Njinga fica reduzida à condição de alegoria desse sentimento de racismo.

Do retrato de Achille Déveria (1830) ao de Neves e Sousa (1967) ou Njinga entre o exotismo, o nativismo e os discursos colonialista e nacionalista

A partir de 1830, a imagem da Rainha Njinga Mbandi seria celebrizada por um retrato imaginário elaborado pelo pintor, litógrafo e ilustrador francês Achille Déveria (1800-1857), famoso como retratista de artistas e escritores, mas também como autor de

⁵⁹ BOCAGE, 1991, pp. 11-12. Sublinhado nosso.

⁶⁰ BOCAGE, 1991, p. 127. Sublinhado nosso.

inúmeros desenhos de motivos eróticos sobre os costumes da época⁶¹. Déveria leu, certamente, os textos de Labat e foi influenciado pelos ilustradores destes – franceses que imitam os ilustradores italianos de Cavazzi – na concepção da coroa que ornamenta a cabeça de Njinga. O rosto da rainha da Matamba é belo e sensual, de grandes olhos pestanudos, e o colo, onde exhibe um colar de missangas, é semi-coberto por uma túnica rematada por um diadema em forma de flor. Se o braço esquerdo da retratada exhibe um bracelete provavelmente dourado, o seu seio esquerdo aparece curiosamente descoberto, o que vai ao encontro da clássica concepção que associa o erotismo ao exotismo⁶².

Este retrato imaginário da Rainha Njinga Mbandi, que atravessaria os séculos XIX e XX chegando aos dias de hoje, contrasta abissalmente com um outro muito mais recente, sem dúvida mais realista mas muito menos conhecido, decerto mercê do aspecto aterrador que nele assume, aparentemente, a soberana do Ndongo e da Matamba. Trata-se de um desenho a carvão da autoria do pintor luso-angolano Albano Neves e Sousa (Matosinhos/Portugal, 1921 – São Salvador da Baía/Brasil, 1995), celebrado por uma obra abundante de óleos e carvões sobre motivos etnográficos angolanos, quer paisagísticos, quer humanos, de onde se destaca a série dedicada às mulheres de Angola desde Cabinda até ao Cunene⁶³. O retrato de Njinga, embora não datado, figura num livro publicado em 1967⁶⁴. O busto da soberana evidencia um machado de guerra ao ombro e um rosto seco de males salientes, encoberto por um toucado de ráfia que substitui a coroa – e que, aliás, se aproxima da kijinga tradicional -, onde sobressaem, além dos estereótipos do nariz achatado e dos lábios grossos atribuídos à raça negra, dois olhos encovados que parecem carregados de ódio⁶⁵.

Como se entrosaram cronologicamente os factores ideológicos que catapultaram para os antípodas estas duas imagens da Rainha Njinga Mbandi, alcandorando a de

⁶¹ V., por exemplo, os sites:

http://en.wikipedia.org/wiki/Achille_Deveria

<http://www.google.pt/search?q=Achille+Deveria&hl=ptPT&biw=1024&bih=677&prmd=imvns&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=0OG>

<http://gehspace.com/arte/2008/12/galeria-de-arte-achille-deveria/>

Observe-se que a décima quarta gravura de Achille Déveria apresentada no segundo site que indicámos representa uma mulher branca sodomizada, através das grades de uma prisão, por um prisioneiro africano encarcerado, evidenciando, aliás à semelhança de certa poesia de Bocage – *Ribeirada* e *A Manteigui* -, o preconceito do comprimento desmesurado do sexo dos homens negros (V. **Figura 9**).

A título de curiosidade, registre-se que Achille Déveria dedicou os últimos anos da sua vida à egiptologia.

⁶² V. **Figura 8**.

⁶³ V., por exemplo, o site <http://www.google.pt/search?q=Neves+e+Sousa&hl=ptPT&biw=1024&bih=677&prmd=imvns&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=WPeVTpWaO-S>

⁶⁴ EÇA DE QUEIROZ [neto], s.d [1967]., p. 391.

⁶⁵ V. **Figura 10**.

Achille Déveria à categoria de símbolo nacional angolano e relegando a de Neves e Sousa para o esquecimento?

A divulgação do retrato da Rainha Njinga da autoria de Achille Déveria em Angola processou-se, sem dúvida, durante o século XIX, no âmbito do movimento nativista angolano, isto é, da expressão do sentimento partilhado por uma burguesia letrada africana emergente do tráfico de escravos que, depois de 1845, data da chegada da imprensa a Angola, se reivindicou *angolense*, por contraposição aos que se sentiam colonos, em artigos de jornais silenciados pelo poder colonial apenas nos anos de 1920⁶⁶. Por essa época, aliás, há indícios de que a produção plástica e a literatura romântica francesas, particularmente as “negrófilas”, circularam por Angola, como parecem indicá-lo a proliferação de apelidos tais como Lamartine – de Alphonse de Lamartine (1790-1869), que não nos esqueçamos de que foi o primeiro biógrafo do revolucionário haitiano e antigo escravo François-Dominique Toussaint-Louverture (1743-1803) –, de nomes próprios tais como Guilherme e Apolinário – de Guillaume Apollinaire (1880-1918) – e a referência à obra *Bug Jargal* de Victor Hugo no romance do angolano Pedro Félix Machado (c.1860-1907) *Cenas de África. ? Romance íntimo*, escrito em 1891-1892, mas com acção a decorrer nos anos de 1860⁶⁷. É neste contexto que Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894) redige o manuscrito desaparecido de um romance intitulado *A verdadeira história da rainha Jinga*⁶⁸.

Contudo, a partilha da África que se seguiu à Conferência de Berlim (1884/1885) e o consequente reforço do poder colonial português levaria à supressão por Norton de Matos, em 1924, da imprensa nativista angolana, ao mesmo tempo que, em Lisboa, se criava a Agência Geral das Colónias, primeiro organismo de propaganda colonial em Portugal que promoveria, através de um Boletim criado em 1925 e de um Concurso de Literatura Colonial instituído em 1926, o desenvolvimento da investigação científica relativa às colónias, sobretudo no campo da então escassa e quase ignorada literatura colonial portuguesa. É no âmbito desta que, em 1926, a Rainha Njinga torna a ser personagem de ficção literária – caso único na literatura colonial portuguesa – num conto inserido no livro *Ana a Kalunga. Os Filhos do Mar*, da autoria do escritor, historiador e político Hipólito Raposo (1885-1953)⁶⁹. Assiste-se então, até 1975, data da

⁶⁶ Pinto, 2004.

⁶⁷ MACHADO, 2004, p.159.

⁶⁸ Citado por LARANJEIRA, 1995, p. 49.

⁶⁹ RAPOSO, 1926, pp. 59-97. Analisámos este conto de Hipólito Raposo sobre a Rainha Njinga em trabalho anterior, para o qual remetemos (V. PINTO, 2010, pp. 155-159).

Independência de Angola, à produção lenta mas convincente de um discurso historiográfico colonial caracterizado pela rejeição da história africana e pela exaltação da presença portuguesa em território angolano⁷⁰, do qual convém, exemplificativa e sucintamente, evidenciar duas efemérides: a inauguração, em 1935, no largo do Kinaxixi, em Luanda, rebaptizado Largo dos Lusíadas, de um monumento aos mortos da Grande Guerra de 1914/18 no sul da Angola⁷¹; e as comemorações, em 1948, do tricentenário da “Restauração” de Angola por Salvador Correia de Sá em 1648, das quais resultou a publicação de obras de historiadores coloniais, como Ralph Delgado e Gastão Sousa Dias, que, além de conceberem a história de Angola como uma continuidade dos empreendimentos expansionistas do Infante D. Henrique, persistem na retórica do enselvajamento da Rainha Njinga⁷². Foi na esteira destas concepções de conteúdo colonialista, aliás reforçadas em 1961 com o deflagrar da Guerra da Independência, que Neves e Sousa concebeu o seu retrato a carvão de Njinga Mbandi.

Mas, não esquecendo que 1948 foi também o ano da criação da revista *Mensagem* e do movimento intelectual “Vamos descobrir Angola”, primeiro embrião de um projecto político nacionalista angolano⁷³, há que recordar as movimentações políticas independentistas perpetradas em Luanda na década de 1950, que levariam às prisões em massa efectuadas pela PIDE, entre Março e Junho de 1959, que ficaram genericamente conhecidas por “Processo dos Cinquenta”, e posteriormente à sublevação de 4 de Fevereiro de 1961, que marcou o início da Guerra da Independência⁷⁴. Além de constar que o Cónego Manuel das Neves (1896-1965), principal impulsionador do 4 de Fevereiro, rezou na Sé de Luanda, às vésperas desse dia, uma missa por alma da Rainha Njinga onde se exibia o retrato desenhado por Déveria⁷⁵, sabe-se que a mesma gravura circulou por Luanda durante a década anterior por entre os panfletos independentistas distribuídos furtivamente pelos implicados no “Processo dos Cinquenta”. Um deles, inclusive, Manuel Pedro Pacavira (n. 1939), enquanto cumpria a pena de prisão na

⁷⁰ HENRIQUES, 1997, pp. 83-104.

⁷¹ O monumento exibia, no alto de pedestal, ladeada das figuras esculpidas de soldados brancos e negros, uma mulher brandindo uma espada, alegoria da Pátria portuguesa que, ao longo dos quarenta anos que se seguiram até à Independência, o povo de Luanda identificou, quer com a Maria da Fonte, a heroína lendária das revoltas contra o cabralismo, quer com a Kianda, o espírito dos antepassados que se acreditava viver no fundo da lagoa, agora aprisionado pelo asfalto, mas manifestando-se através de uma fonte que dele brotava durante a estação das chuvas (PINTO, 2003, p. 43).

⁷² DELGADO, s/d [1948]; DIAS, 1959.

⁷³ OLIVEIRA, 1997, pp. 371-394.

⁷⁴ Rocha, 2003, p.128-130.

⁷⁵ Informação de Fernando Correia.

Colónia Penal do Tarrafal (Santiago, Cabo Verde), escreveu um romance intitulado *Njinga Mbandi*, que seria publicado em 1985, dez anos depois da Independência de Angola, com o retrato desenhado por Déveria na capa⁷⁶.

O Centro de Estudos Angolanos de Argel, criado em 1964 por Henrique Abranches, Adolfo Maria, Kasesa, João Vieira Lopes e Artur Pestana (Pepetela)⁷⁷, deu à luz, no ano seguinte, uma *História de Angola*⁷⁸ elementar, mas concebida de uma perspectiva nacionalista, destinada a circular pelas regiões do território angolano entretanto controladas pelo MPLA. Essa *História de Angola* de 1965, ilustrada com desenhos do seu principal redactor, Henrique Abranches⁷⁹, embora exalte a Rainha Njinga como heroína nacional, não apresenta qualquer imagem da soberana do Ndongo e da Matamba. O seu conteúdo, no entanto, viria a ser adoptado pelos manuais escolares angolanos dos anos que se seguiram imediatamente à Independência – pelo menos até às reformas políticas de 1992 – e um deles, destinado aos estudantes do 4º Ano do Ensino Básico (4ª Classe), dedica a Njinga Mbandi, apresentada como símbolo da resistência ao colonialismo, uma lição de três páginas⁸⁰, rematada, à semelhança das demais unidades do compêndio, por um questionário de três perguntas dirigidas aos alunos:

- 1 – Assim que chegou a armada portuguesa, foi vencida a resistência. Porquê?
- 2 – Em que zona do País veio a morrer a célebre rainha Njinga?
- 3 – A ideia da unidade dos povos de Angola na luta contra o colonialismo desapareceu com a morte da rainha?

A ilustrar a aludida unidade do manual escolar, ao lado de uma gravura representativa de uma caravana de escravos, encontra-se... o retrato imaginário de Njinga Mbandi pintado por Achille Déveria!

Considerações finais

Apesar da sua inegável popularidade e do elevado número de trabalhos académicos e artísticos que lhe têm sido consagrados, a verdadeira Rainha Njinga Mbandi permanece envolta em brumas e alguns dos seus principais encomiastas

⁷⁶ PACAVIRA, 1985. É curioso observar que, neste romance, a Rainha Njinga se encontra completamente ausente na primeira parte, centrada no Reino do Congo e nas suas primeiras relações com os portugueses, assim como em Paulo Dias de Novais, que faleceu quando Njinga tinha sete anos de idade, como se o autor, inconscientemente influenciado pela historiografia colonial, pretendesse transformar em símbolo do nacionalismo angolano tudo o que, segundo a mesma historiografia, era adverso à colonização portuguesa.

⁷⁷ Declarações de Pepetela a Michel Laban (Cf. LABAN, 1991, pp. 189-190).

⁷⁸ A.A.V.V.a

⁷⁹ Informação de Pepetela.

⁸⁰ A.A.V.V.b, pp. 78-80.

parecem, estranhamente, empenhados em querer tornar perene o fenómeno. Ignoramos, por exemplo, que critérios presidiram à erecção da sua estátua em 2003 e mesmo quem são os seus autores. Ignoramos igualmente se a Rainha Njinga continua ou não a ser estudada nos manuais escolares angolanos, assim como o conteúdo desses mesmos manuais na actualidade.

Não temos dúvidas de que a Rainha Njinga, apesar das aparências, tem sido, quer em Angola, quer em Portugal, um dos alvos da operação de amnésia colectiva, de silenciamento e de afasia desencadeada sobre a memória por parte do(s) poder(es) político(s) instituído(s), na ex-colónia e na ex-metrópole. Esta operação tem vindo a conhecer, nos últimos anos, nos dois países, reacções inusitadas de tentativas de quebras desses silêncios, espelhadas numa literatura pretensamente testemunhal e um tanto ou quanto amadorística, por vezes tendencialmente saudosista, mas nem por isso desmerecedora do nosso aplauso, porquanto entendemos que urge quebrar os silêncios e os tabus por todos os meios. A Rainha Njinga não escapou a esta literatura, como parece exemplificá-lo o recente romance a seu respeito, *Ginga, Rainha de Angola*, do português Manuel Ricardo Miranda⁸¹. Mas será isso bastante?

Bibliografia

A.A.V.V.a, *História de Angola*, Porto, Edições Afrontamento, s.d. (Publicada inicialmente em Argel, em Julho de 1965, pelo CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS), 179 p.

A.A.V.V.b, *Iniciação à História de Angola. Ensino de Base – 4ª Classe*, Luanda, Ministério da Educação da República Popular de Angola, s.d., 127 p.

AMARAL, Ilídio do, *O Rio Cuanza (Angola), da Barra a Cambambe: Reconstituição de aspectos geográficos e acontecimentos históricos dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2000, 110 p.

BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du - *Poesias Eróticas, Burlescas e Satíricas*, Lisboa, ERL, 1991, 169 p.

BRÁSIO, P. António (Ed. de), *Monumenta Missionária Africana: África ocidental*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, vol.I-XI, 1952 a 1871; Academia Portuguesa de História, vol. XII-XIV, 1981 a 1985.

CADORNEGA, António de Oliveira de, *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, edição anotada e corrigida por José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 3 Volumes, 1972 [1680].

CASCUDO, Luís da Câmara, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, São Paulo, Global Editora, 2000, 768 p.

CASTILLON, Jean-Louis, *Zingha, Reine d'Angola. Histoire Africaine en Deux Parties*, Paris, A. Bouillon, 1769, 298 p.

⁸¹ MIRANDA, 2008.

CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, João António, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 2 Vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965 [1687].

COELHO, Virgílio, “Em busca de Kabasa: uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do reino do Ndongo”, Comunicação apresentada no Colóquio sobre *La souveraineté en Angola. Um cas particulier, La Reine Zingha*, Centre Culturel Angolais – Maison de l’Angola, Paris, 24-25 de Fevereiro de 1995.

CORREIA, Roberto, *Angola. Datas e Factos (1º Volume 1482-1652)*, s.l. [Coimbra], Edição do Autor, 1998a, 191 p.

CORREIA, Roberto, *Angola. Datas e Factos (2º Volume 1652-1837)*, s.l. [Coimbra], Edição do Autor, 1998b, 285 p.

DELGADO, Ralph, *História de Angola*, Luanda, Edição do Banco de Angola, s/d [1948], 4 Volumes, 442, 427, 403 e 406 p.

DIAS, Gastão Sousa, *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1959, 329 p.

EÇA DE QUEIROZ [neto], José Maria de, *Angola. Seara dos Tempos*, Desenhos e Aguarelas de Neves e Sousa, Praia da Granja, Edição do Autor, s.d [1967]., 440 p.

FREIRE, Maria Isabel Figueira, *Memória da rainha Jinga – Portugal e Angola no século XVII* (texto policopiado), Tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa, 1995, 250 p.

HENRIQUES, Isabel Castro, *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2009, 238 p.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, 572 p.

HENRIQUES, Isabel Castro, “Construções da História. Sedimentação da Culturas Coloniais, in HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004a, pp. 15-30.

HENRIQUES, Isabel Castro, “A invenção da antropofagia africana”, in HENRIQUES, Isabel Castro, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África Séculos XV-XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004b, pp. 225-244.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, 836 p.

LABAN, Michel, *Angola. Encontro com escritores*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1991, 925 p.

LABAT, Jean-Baptiste de - *Rélation historique de l’Ethiopie occidentale*, Paris, Chez Charles-Jean-Baptiste Deslepine, 1732, 552 p.

LARANJEIRA, Pires (com a colaboração de Inocência Mata e Elsa Rodrigues dos Santos), *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, 423 p.

LOBO, Manuel da Costa. *Subsídios para a História de Luanda*, Prefácio de Henrique Paço d’Arcos, Lisboa, Edição do Autor, 1967, 264 p.

MACHADO, Pedro Félix. *Cenas de África. ?. Romance íntimo*, Organização e Prefácio de E. Bonavena, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, 251 p.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Tomo I. Até ao Século XVIII*, Trad. Alfredo Margarido, Lisboa, Editora Vulgata, 2003, 584 p.

MILHEIROS, Mário, *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, 291 p.

MILLER, Joseph C., *Poder Político e Parentesco; Os Antigos Estados Mbundu em Angola*, Trad. Maria da Conceição Neto, Luanda, Arquivo Histórico Nacional, 1995 (ed. original da Oxford University Press de 1976), 308 p.

MIRANDA, Manuel Ricardo, *Ginga Rainha de Angola*, Lisboa, Oficina do Livro, 2008, 249 p.

MOURALIS, Bernard, *As Contra-Literaturas*, Trad. António Filipe Rodrigues Marques e João David Pinto Correia, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, 227 p.

NANEMA, Jacques, « L'Afrique entre négrophobie et développement: du désarroi identitaire à la renaissance », in GASSAMA, Makhily (dir.), *50 ans après, quelle indépendance pour l'Afrique ?*, Paris, Éditions Philippe Rey, 2010, p. 329-361.

OLIVEIRA, Mário António F. de, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, 405 p.

PACAVIRA, Manuel Pedro, *Nzinga Mbandi*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985, 271 p.

PANTOJA, Selma, "o Ensino da História Africana: Metodologias e Mitos: o estudo de caso da Rainha Nzinga Mbandi", in *Cerrados*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Licenciaturas, Brasília, Universidade de Brasília, n.30/ ano 19, 2010a, pp. 315-328.

PANTOJA, Selma, "Revisitando a rainha Nzinga: histórias e mitos das histórias", in *Actas do 1º Colóquio Internacional Nzinga Mbandi*, Roma, 2-3/02/2010b.

PARREIRA, Adriano, *Dicionário Glossográfico e Toponímico da Documentação sobre Angola séculos XV-XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980, 248 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História & História Cultural*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008, 130 p.

PINTO, Alberto Oliveira, *A Oralidade no Romance Histórico Angolano Moderno*, Lisboa, Novo Imbondeiro, 2003, 74 p.

PINTO, Alberto Oliveira, "A Formação do Anticolonialismo em Angola", *Liberdade. Revista de Cultura e Contracultura. Anais Científicos da Universidade Independente*, Lisboa, Nova Série, Nº 7, Verão 2004, pp.31-60.

PINTO, Alberto Oliveira, "A Carta do Padre Garcia Simões e os portugueses de Luanda e do interior do Reino do Ngola (ou de Angola) antes de 1575", *Liberdade. Revista de Cultura e Contracultura. Anais Científicos da Universidade Independente*, Lisboa, Nova Série, Nº 10, Verão 2005, pp. 27-34.

PINTO, Alberto Oliveira, *Representações Coloniais: História e Literatura. Angola, os Angolanos e suas culturas (1924-1939)* (Tese de Doutoramento em História de África, Texto Policopiado), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, 367 p.

RAPOSO, Hipólito, *Ana a Kalunga. Os Filhos do Mar*, Lisboa, Ottosgráfica Conde Barão, 1926, 244 p.

RIBAS, Óscar, *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, Matosinhos, Contemporânea Editora, 1998, 314 p.

ROCHA, Edmundo, *Angola. Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, Luanda, Kilombelombe, 2003, 366 p.

SOUZA, Marina de Mello e, *Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa da Coroação do Rei Congo*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, 387 p.

TINHORÃO, José Ramos, *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, 460 p.

TINHORÃO, José Ramos, *Domingos Caldas Barbosa. O Poeta da Viola e da Modinha e do Lundu (1740-1800)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004, 210 p.

ICONOGRAFIA



REPRODUÇÃO DO FÓLIO A DO MS. DA BIBLIOTECA NACIONAL DE PARIS
(F. PORTUG. 2)

Figura 1. Alegorias do Reino do Kongo e do Reino do Ndongo (Angola). Frontispício de António de Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*, Agência Geral do Ultramar, 1972 [1680], Tomo I.

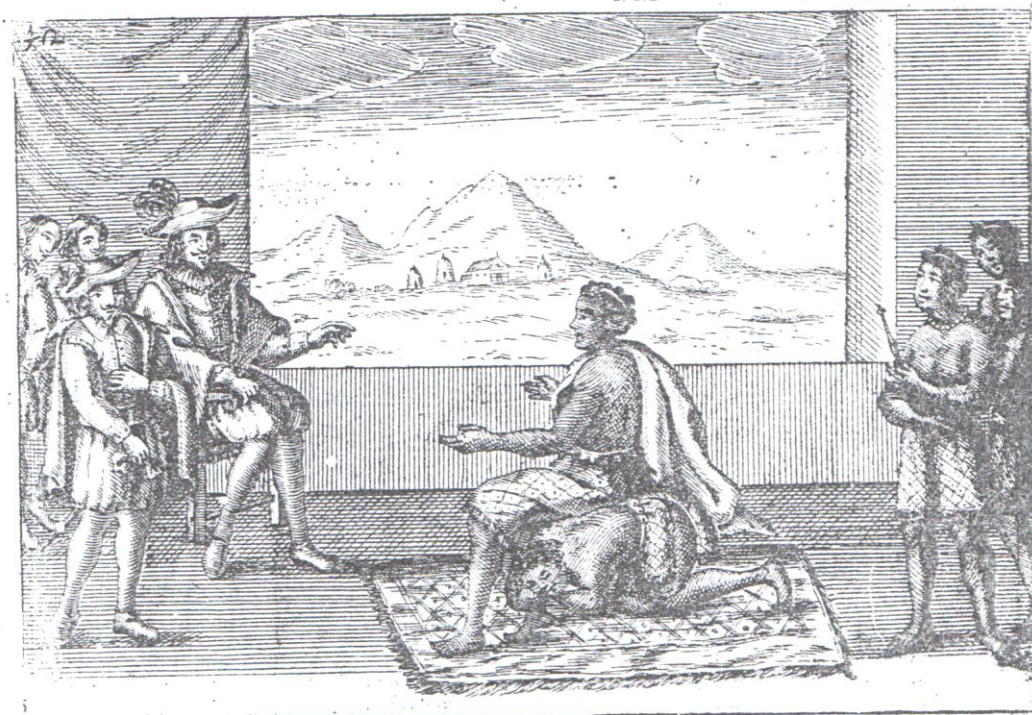


Figura 2. Audiência da princesa do Ndongo, Njinga Mbandi, com o governador português João Correia de Sousa, em Luanda, em 1622. In Cavazzi, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 1687, Livro V, p. 65.



Figura 3. A mesma cena da figura anterior, reproduzida pelos ilustradores franceses de Jean-Baptiste de Labat, *Rélation historique de l’Ethiopie occidentale* (1732), que copiaram os ilustradores italianos de Cavazzi de 1687.



Figura 4. Baptismo da princesa Njinga Mbandi na Sé de Luanda em 1622, apadrinhada pelo próprio governador João Correia de Sousa e por D. Gerónima Mendes, esposa do capitão-mor de cavalos Luís Gomes Machado, assumindo o nome cristão de Ana de Sousa. In Cavazzi, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 1687, Livro V, p. 68.



Figura 5. *Xinguilamento* da Rainha Njinga Mbandi, acto mediúnico representado pelo cachimbo, diante do cofre onde são guardados os ossos do seu irmão Ngola Mbandi. Njinga é pela primeira vez representada com uma coroa de modelo ocidental e não com a kijinga, isto é, com o gorro de peles ou de rafia tradicional usado pelos soberanos mbundu. In Cavazzi, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 1687, Livro V, p. 73.



Figura 6. O general Jinga-Mona entrega à Rainha Njinga Mbandi um crucifixo apreendido a um soba cristão, objecto acerca do qual ouviu em sonhos representar Nzambi (Deus). Este episódio, que segundo Cavazzi ocorreu no ano de 1656, está na origem, segundo o missionário, da reconversão de Njinga Mbandi ao Cristianismo e da recepção calorosa que, assumindo o nome cristão de D. Ana da Sousa, fará daí a meses na Matamba aos capuchinhos italianos. In Cavazzi, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 1687, Livro VI, p. 91.

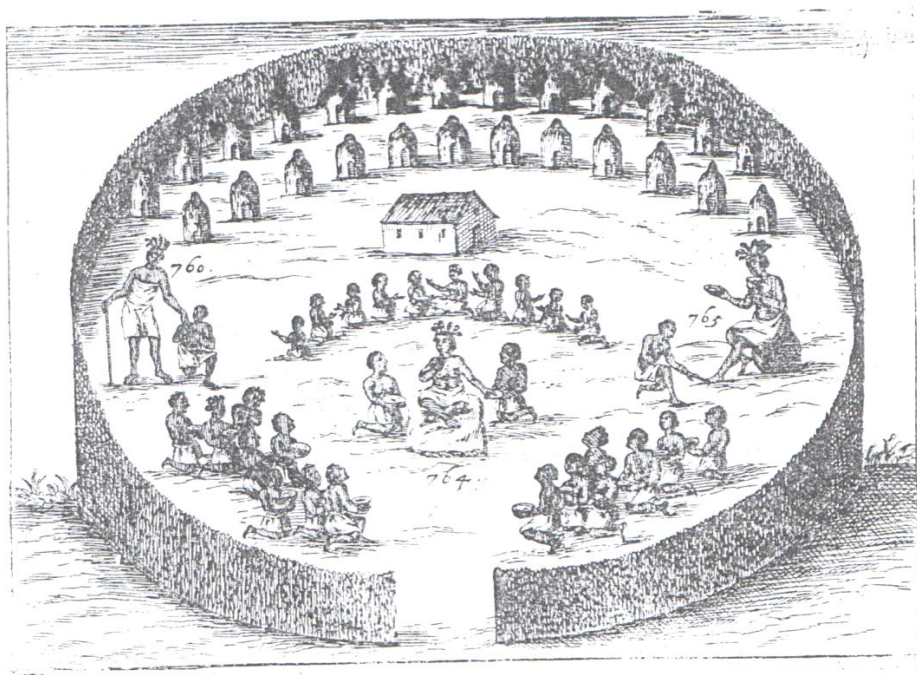


Figura 7. Ilustração de uma descrição de Cavazzi sobre uma refeição pública da Rainha Njinga Mbandi com os seus súbditos na Matamba entre 1657 e 1663. In Cavazzi, *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, 1687, Livro VI, p. 140.



Figura 8. Retrato imaginário da Rainha Njinga Mbandi da autoria do pintor francês Achille Déveria (1800-1857), datado de 1830. Esta imagem, que atravessaria os séculos XIX e XX, chegando aos dias de hoje e tornando-se, pelo menos desde a década de 1950, emblemática do nacionalismo angolano, representava originariamente uma associação do exotismo ao erotismo: além de o rosto da retratada ser belo e sensual, o colo semi-coberto por uma túnica rematada por um diadema em forma de flor exibe um colar de missangas e o braço esquerdo um bracelete provavelmente dourado, apresentando-se o seu seio

esquerdo descoberto. In Marina de Mello e Souza, *Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa da Coroação do Rei Congo*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p. 218.



Figura 9. Gravura de Achille Déveria representando uma mulher branca sodomizada, através das grades de uma prisão, por um prisioneiro africano encarcerado, evidenciando, à semelhança da poesia de Bocage (1765-1805) – *Ribeirada* e *A Manteigui* -, o preconceito do comprimento desmesurado do sexo dos homens negros. In <http://gehspace.com/arte/2008/12/galeria-de-arte-achille-deveria/>



Figura 10. Retrato imaginário da Rainha Njinga Mbandi concebido a carvão em 1967 pelo pintor luso-angolano Albano Neves e Sousa (1921-1995). A retratada evidencia um machado de guerra e

um rosto seco de malares salientes, encoberto por um toucado de ráfia que substitui a coroa – e que, aliás, se aproxima da kijinga tradicional -, onde sobressaem, além dos estereótipos coloniais do nariz achatado e dos lábios grossos atribuídos à raça negra, dois olhos encovados que parecem carregados de ódio. In José Maria de Eça de Queiroz [neto], *Angola. Seara dos Tempos*, Desenhos e Aguarelas de Neves e Sousa, Praia da Granja, Edição do Autor, s.d [1967]., p. 391.



Figura 11. Estátua erigida à Rainha Njinga Mbandi, no Largo do Kinaxixi, em Luanda, em 2003. In <http://www.vidaslusofonas.pt/jinga.htm>